

FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE JOVENS NO PROJOVEM URBANO EM FORTALEZA

Flávia Gonçalves da Silva¹
Karolina Silva de Sousa²

RESUMO

O presente trabalho discorre sobre a juventude e a crescente vulnerabilidade social e econômica que se encontram os jovens, acarretando no aumento de políticas públicas voltadas para essa categoria. A exemplo, tem-se o ProJovem urbano, criado a partir da Política Nacional da Juventude do governo Federal, em 2005, que visa a reinserção dos jovens na escola e no mercado de trabalho. Assim, a questão do desemprego e a preocupação com futuro dos jovens vêm sendo manifestada através de políticas como essa, onde se nota a relação da inclusão, qualificação e profissionalização dessa juventude, que passa a ter uma educação profissionalizante. Todavia, é necessário compreender como essa educação profissional vem sendo repassada à juventude, já que o ProJovem urbano encontra-se atrelado, inegavelmente, a lógica neoliberal.

Palavras-chaves: Juventude. ProJovem. Formação Profissional.

1 INTRODUÇÃO

O advento do capitalismo trouxe mudanças não somente nas formas de produção, mas, principalmente, nas relações sociais que acarretaram uma nova forma de sociabilidade marcada por um novo tipo de ideologia diferente das épocas anteriores. No Brasil não foi diferente, a forma como esse sistema se configurou aqui e as consequências deste na sociedade brasileira possuem especificidades próprias, diferente do que ocorreu em outros países.

O atual quadro brasileiro mostra um país marcado por uma enorme desigualdade social, onde grande parcela da população se encontra em uma

¹ Estudante de graduação do curso de Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará – UECE. Bolsista do Programa de Educação Tutorial de Serviço Social – PET. E-mail: flavia.gsilva@yahoo.com.br

² Estudante de graduação do curso de Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará – UECE. E-mail: karolinassousa@gmail.com

situação de vulnerabilidade social. Uma das características que demonstram essa vulnerabilidade é a questão do desemprego, enfatizando a alta taxa de desemprego entre os jovens, que aparece como uma das inúmeras refrações da questão social.

Os jovens, no entanto, não sofrem apenas com o problema do desemprego, este pode levar a outros fatores, como a criminalização, a violência, assim, podemos destacar que os jovens são os que mais sofrem com a precarização da vida, tendo que enfrentar inúmeros desafios para sua reprodução. Eles, portanto, tendem a ser excluídos da sociedade, a partir do conceito de que a exclusão faz parte das relações sociais no modo de produção capitalista (RIBEIRO, 2006).

Logo, com a crescente vulnerabilidade dos jovens, pode-se perceber o aumento do número de políticas públicas voltadas para esse segmento da sociedade. Dentre as políticas podemos citar o ProJovem Urbano, cujo objetivo é a reinserção na escola e no mercado de trabalho, sendo considerada então, uma política de inclusão social.

O ProJovem é um extenso campo de pesquisa em que se pode ter questionamentos em amplos aspectos, como a relação juventude-trabalho, juventude-formação profissional, juventude-desemprego, juventude em situação de vulnerabilidade social. Deste modo, o que se percebe são as múltiplas refrações da questão social que é o objeto específico do Serviço Social, conseqüentemente, mostra-se como um vasto campo de pesquisa.

2 JUVENTUDE E POLÍTICA PÚBLICA

Para se compreender uma política voltada para a juventude é necessário compreendê-la como uma categoria. Groppo (2000) observa que a sociedade moderna não é constituída apenas sobre as estruturas de classe, mas também sobre as faixas etárias e a cronologização do curso da vida e que a criação das instituições modernas do século XIX e XX também se basearam no reconhecimento dessas faixas e institucionalizações (2000, p. 12).

Essa institucionalização do curso da vida e cronologização são perceptíveis, por exemplo, em algumas políticas públicas, em que a faixa de idade aparece como

um dos requisitos para que uma pessoa possa usufruir determinado benefício, serviços e/ou programas. Entretanto, é de vital importância conceber a juventude também como uma categoria social, não apenas como uma fase da vida social.

Ao ser definida como categoria social, a juventude torna-se, ao mesmo tempo, uma representação sociocultural e uma situação social [...]. Ou seja, a juventude é uma concepção, representação ou criação simbólica, fabricada pelos grupos sociais ou pelos próprios indivíduos tidos como jovens, para significar uma série de comportamentos e atitudes a ela atribuídos (Ibid., p. 7-8).

Portanto, partindo da concepção de Groppo, pode-se entender a juventude como uma categoria social, não se limitando a aspectos etários restritos. O Estatuto da Juventude do Brasil, não deixa de compreender a complexidade dessa categoria, propõe considerar como jovens as pessoas com faixa etária entre 15 e 25 anos (BARRIENTOS-PARRA, 2004).

No Brasil, essa categoria sofre inúmeros problemas sociais e econômicos, o que a torna bastante vulnerável. Assim, nota-se a distância entre os direitos dos jovens e a realidade, sendo necessária a intervenção do Estado e da sociedade civil. (Ibid., 2004).

Um ponto relevante na formulação de políticas para a juventude ocorreu na década de 90, onde, a partir das mobilizações da sociedade acerca dos direitos da criança e do adolescente copilaram num novo estatuto jurídico, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990 (SPOSITO, 2003). Contudo, embora tenha sido relevante reconhecimento de uma intervenção nessa categoria, a atual conjuntura neoliberal tem promovido uma mercantilização dos direitos sociais,

[...], na última década, ocorreu uma privatização das políticas públicas por meio da ideia de focalizar um país que não universalizou quase nada. [...] Até agora foram feitas políticas minguadas, fragmentadas e de competição entre esferas de governo (o município compete com o estado e o estado compete com a União). Não há sinergia nos programas sociais do governo (NOVAES, 2003).

Vale ressaltar, que o mercado de trabalho atual é marcado pelo neoliberalismo, que influencia os aspectos da vida cotidiana, alterando e pontuando, então, as metodologias de ensino das escolas, as políticas públicas, as

competências profissionais, o próprio mercado, entre outros aspectos. Dentro dessa lógica neoliberal, políticas como o ProJovem urbano também foram afetadas.

3 PROJOVEM URBANO, EDUCAÇÃO E DESEMPREGO

O ProJovem é uma ação criada pela Política Nacional da Juventude do Governo Federal, em 2005, e coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência da República, compactuado pelos Ministérios da Educação, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à fome, sendo regulamentado pelo Decreto nº 5.557, de 05/10/2005. O ProJovem integrado compreende 4 modalidades, porém será abordado aqui somente o ProJovem Urbano.

O referido programa é voltado para jovens entre 18 e 29 anos de idade que se encontram em situação de vulnerabilidade social e econômica, alfabetizados, que não concluíram o Ensino Fundamental e que buscam a reinserção na escola e no mercado de trabalho, tendo como base a conclusão do Ensino Fundamental, Qualificação Profissional e Ação Comunitária (participação cidadã), visando, portanto, a inclusão dos jovens.

O ProJovem Urbano tem como finalidade

[...] elevar o grau de escolaridade visando ao desenvolvimento humano e ao exercício da cidadania, por meio da conclusão do ensino fundamental, de qualificação profissional e do desenvolvimento de experiências de participação cidadã (BRASIL, Secretaria Nacional da Juventude, 2008. p. 10).

Sabe-se que essa política pública foi pensada e discutida ao se constatar o aumento desses índices de desemprego, observando, os números, que serão expostos no parágrafo seguinte, e que os que mais sofriam com esse problema eram os jovens, mais que os adultos, seja pela falta de experiência e/ou pela falta de qualificação profissional, que são características que marcam os fatores que justificam a não inserção no mercado de trabalho atual.

Segundo estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2011), que mostra a percepção dos brasileiros sobre mercado de trabalho e

qualificação profissional, o desemprego se concentra entre os mais jovens. Essa situação é mostrada em números pela Pesquisa Nacional pela Amostra de Domicílios (PNAD, 2011), feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), onde os jovens entre 15 e 24 anos representam 33,9% (mais de um terço) do total. Embora a taxa de desemprego tenha tido uma redução de 14% em relação à pesquisa de 2009, o número de desempregados continua alto, chegando ao valor de 3,7 milhões de pessoas.

Muitos estudos, teses e dissertações têm sido feitos olhando a atualidade da educação diante dessa realidade marcada pela lógica capitalista e pós-fordista. Assim, suas influências vão desde a educação básica até a educação superior, onde, na primeira, a característica é o repasse de ensino, a preparação para o mercado e o caráter competitivo e individualista e, na última, é a aparição de cursos que venham satisfazer as necessidades do capital.

No entanto, nem todos tem a oportunidade de ter acesso ao ensino básico, e, conseqüentemente, ao nível superior. Os dados da PNAD mostram que, referente a 2009, a taxa de escolaridade do Brasil é de 7,2, sendo que a região Nordeste, em relação às outras, é a que tem a taxa mais baixa, a média é de 5,8. No Ceará a média de escolarização é de 5,9. Já a taxa de abandono do Ensino Fundamental final no Brasil, de acordo com os dados do Ministério da Educação (MEC) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), referentes ao ano de 2010, revela que é de 4,7%, sendo que a região de maior porcentagem de abandono também é o Nordeste, com 8,0%. No Ceará, essa taxa equivale a 4,3% e em Fortaleza, 5,4%.

É importante frisar esse último dado, devido ao fato de que a evasão das escolas vai afetar diretamente a questão do desemprego, visto que se as pessoas não estudam, elas têm menos chance de entrar no mercado de trabalho. Assim, se um jovem abandonou seus estudos, ele tem menos oportunidade de conseguir um emprego, pois a falta de escolarização é somada ao fator da inexperiência. Percebendo essa evasão escolar, relacionando-a com a questão do desemprego e a situação vulnerável dos jovens, viu-se a necessidade de uma política específica para a juventude, em que fosse levada em questão a inclusão dos jovens. Então, em

2005, houve a criação do Conselho Nacional da Juventude e que através de Política Nacional da Juventude, houve a criação do ProJovem.

A questão do desemprego e a preocupação com futuro dos jovens vêm sendo manifestada através de políticas como essa, onde se nota a relação da inclusão, qualificação e profissionalização desses que passam a ter uma educação profissionalizante. Percebe-se que essa é uma estratégia do governo, visto que ele tem investido cada vez mais em escolas profissionais de ensino médio, em que os alunos estudam e ao mesmo tempo “aprendem uma profissão”, onde sairão do colégio como mão de obra qualificada e preparada para trabalhar. Há, também, outros programas do governo que trabalham com a educação profissionalizante, como o Programa Jovem Aprendiz.

Até o ano de 2007, segundo dados do IBGE, obtidos através da PNAD (2007), as escolas profissionalizantes privadas eram as mais procuradas pelos os alunos de educação profissional, o total de 53,1%, seguido pelas instituições públicas (22,4%) e pelo Sistema S (Senai, Senac, Sebrae, entre outros), 20,6%. Sendo que dos 6 milhões de pessoas que frequentavam o ensino profissionalizante, 80,9% estavam na curso de qualificação profissional, enquanto 17,6% estavam nos cursos técnicos de nível médio. No entanto, na região Nordeste, as instituições particulares não atenderam mais da metade das pessoas que frequentaram a educação profissional.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Utilizando-se dos dados obtidos anteriormente, observa-se um fator importante para se analisar a eficiência da educação profissional relacionada a quantidade de pessoas empregadas e desempregadas, onde 26,1% dos desocupados já frequentaram uma escola de educação profissional e do total de ocupados, 23,4% . Vale salientar que quase a metade das pessoas que frequentam a escola de educação profissional faz informática (45,5%), seguido por comércio e gestão, que juntos representaram 11,5%.

Porém, é necessário compreender como essa educação profissional vem sendo repassada à juventude, já que a lógica do neoliberalismo está interligada, inegavelmente, às relações assalariadas, ditando novas formas de reprodução do capital e surgindo demandas de uma maior qualificação profissional, que se reproduz, conseqüentemente, nos sistemas de educação básica e de formação profissional.

Deste modo, é necessário observar como essa lógica se insere dentro da educação profissional no ProJovem urbano, avaliando como o ensino é transmitido pelos profissionais a esses jovens dentro desse segmento, pois essa educação implicará, além de uma qualificação, em uma formação profissional, ou seja, subtende-se que esse jovem sairá desse programa pronto para o mercado de trabalho. Assim, é importante observar não somente o caráter educativo, mas, principalmente, o de formação profissional.

É de extrema importância analisar esses dados para compreender alguns dos motivos de tantos jovens, hoje, estarem desempregados, e como as políticas públicas são destinadas essa juventude. Será que as necessidades dessa categoria são levadas em conta na formulação dessas políticas, ou somente a necessidade do capital? Muitos questionamentos podem ser e são feitos, mas é necessário avaliá-los mais profundamente através de uma maior compreensão dos conceitos e proposições que cercam a formulação e efetivação dessas políticas públicas e se apropriar de estudos, leituras e vivências.

São de grande relevância os dados levantados, pois mostra o desenvolvimento das políticas voltadas à juventude e a ampliação do ProJovem, que possui um caráter desenvolvimentista e envolve uma categoria específica. Compreender essa política significa aproximar-se de outras juventudes através de uma relação de dialogicidade entre estas, percebendo suas visões de mundo e olhando mais criticamente para esta outra realidade.

É interessante aprofundar sobre a lógica neoliberal dentro das relações humanas e trabalhistas. Tema bastante relevante ao se analisar a efetivação das políticas sociais, as refrações da questão social, as formas de cooptação do poder e o discurso das classes dominantes, entre outros aspectos.

5 REFERÊNCIAS

BARRIENTOS-PARRA, Jorge. O estatuto da juventude: Instrumento para desenvolvimento integral dos jovens. **Revista de Informação Legislativa**, a. 41, n. 163. jul. / set. 2004. Disponível em: <<http://www.uje.com.br/estatutodajuventude/arquivos/EstatutodaJuventudecome ntado.pdf>>. Acesso em 25 ago. 2012.

BRASIL. **Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005**. Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem; cria o Conselho Nacional da Juventude – CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude; altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, e 10.429, de 24 de abril de 2002; e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11129.htm>. Acesso em 08 out. 2012.

_____. Secretaria Nacional de Juventude. **Projeto Pedagógico Integrado – PPI: ProJovem Urbano**. Brasília, DF, 2008. 82 p. Disponível em <http://www.projovem.gov.br/userfiles/file/SET%202008_%20PPI%20FINAL.pdf>. Acesso em 19 set. 2012.

GROPPO, Luís Antonio. **Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000. 308p.

IBGE. **Censo demográfico 2010**. [S.l.], 2012. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=ce&tema=censodemog2010_am ostra>. Acesso em 05 set. 2012.

_____. **PNAD 2009**. [S.l.]. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/pnad_sintese_2009.pdf>. Acesso em 27. out. 2012.

_____. **PNAD 2011**. [S.l.]. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=222&id_pagina=1>. Acesso em 27. out. 2012.

NOVAES, Regina. Juventude exclusão e inclusão social: aspectos e controvérsias de um debate em curso. In: FREITAS, Maria Virgínia de; PAPA, Fernanda de Carvalho. (org.). **Políticas públicas: juventudes em pauta**. São Paulo: Cortez, 2003. 231p. Cap. 6, p. 120-141.

PIRES, Márcia Gardênia Lustosa. **Novos marcos de dualismo educacional na sociedade contemporânea: o caso do ProJovem Urbano de Fortaleza**. Dissertação (Doutorado em Educação Brasileira) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br:8080/ri/bitstream/123456789/3534/1/2011_Tese_MGL Pires.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2012.

RIBEIRO, Marlene. Exclusão e educação social: conceitos em superfície e fundo. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 27, n. 94, Abr. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302006000100008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 02 out. 2012.

SPOSITO, Marília. Trajetórias na constituição de políticas públicas de juventude no Brasil. In: FREITAS, Maria Virgínia de; PAPA, Fernanda de Carvalho. (org.). **Políticas públicas: juventudes em pauta**. São Paulo: Cortez, 2003. 231p. Cap. 3, p. 57-75.